

Boletim informativo

BALANÇO DO CÓDIGO FLORESTAL VOL. 1



Boletim informativo

10 ANOS DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL

Centro de Sensoriamento Remoto – CSR/UFMG
 Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais – LAGESA/UFMG
 Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
 Centro de Inteligência Territorial – CIT
 Observatório do Código Florestal – OCF
 Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – IMAFLORA

Agosto de 2022
 Belo Horizonte/MG, Brasil

Contato: cf@csr.ufmg.br

Copyright© 2022 CSR/UFMG

Realização:



Apoio:



Em 25 de maio de 2022, a revisão do Código Florestal (CF) completou 10 anos, marcados sobretudo por retrocessos nas políticas públicas voltadas à proteção da vegetação nativa do Brasil. À parte do registro no Cadastro Ambiental Rural (CAR) que já alcançou mais de 6,5 milhões de propriedades, muito pouco foi feito para implementar os mecanismos introduzidos pela revisão de 2012, a qual impôs um relaxamento da legislação ambiental do país com uma grande anistia ao desmatamento ilegal até 2008 e redução da necessidade de recuperação da vegetação nativa em Áreas de Preservação Permanente (APP).

O avanço irrisório na validação do CAR, com impactos no Programa de Regularização Ambiental (PRA), Mercado de Cotas de Reservas Ambientais (CRA), instrumentos chave para implementação do novo arcabouço legal, revela que a revisão do CF mais contribuiu para postergar a adequação ambiental e dar espaço a propostas de flexibilização da legislação do que trazer ganhos ambientais para o Brasil tanto na recuperação de áreas degradadas, quanto na valoração da floresta em pé.

Em conjunto com a ausência de informações ambientais devidamente validadas pelos órgãos estaduais, o processo de deterioração das políticas ambientais federais, reforçado pelo seu intencional desmonte a partir de 2018, culminou em taxas de desmatamento crescentes e recordes, principalmente na Amazônia e Cerrado, com consequentes desastres ambientais que chocaram o mundo todo, como os grandes incêndios na Amazônia em 2019 e 2020 e os que devastaram o Pantanal em 2020.

Se o Brasil já preocupava investidores internacionais e importadores de *commodities* agrícolas por causa da destruição ambiental, agora encontra-se em maus lençóis entre aqueles que não querem se vincular ao desmatamento. Por isso, é crucial que o país avance no cumprimento do CF, e muito pode ser feito com a ajuda da ciência e tecnologia. Para isso, a modelagem computacional que desenvolvemos possibilitou o cálculo do balanço ambiental do CF (necessidade de recuperação e excedente de reserva legal) individualmente em cada uma das 6,5 milhões de propriedades no CAR, como sumarizado neste boletim por unidades da federação. Essa avançada tecnologia foi adotada pioneiramente pelo governo do Pará para acelerar o processo de validação do CAR, bem como rastrear o desmatamento nas cadeias da soja e gado no estado, e pode ser expandida para o restante do país.



Metodologia

O modelo de balanço do CF primeiramente mapeia as áreas individuais das propriedades rurais com registro no CAR e suas áreas de vegetação nativa e consolidadas (em utilização agrícola). O modelo então aplica as regras do CF (Lei 12.651 de 2012) para estimar para cada propriedade individual sua área de reserva legal e com isso seu excedente ou passivo, desmatamento pós 2008 e extensões de APP necessárias tanto para a conservação como restauração.

O desmatamento é calculado apenas para os imóveis nos biomas Cerrado e Amazônia devido à disponibilidade de dados do Prodes/INPE.

Estimativas serão revistas mediante disponibilidade de novas bases de dados.

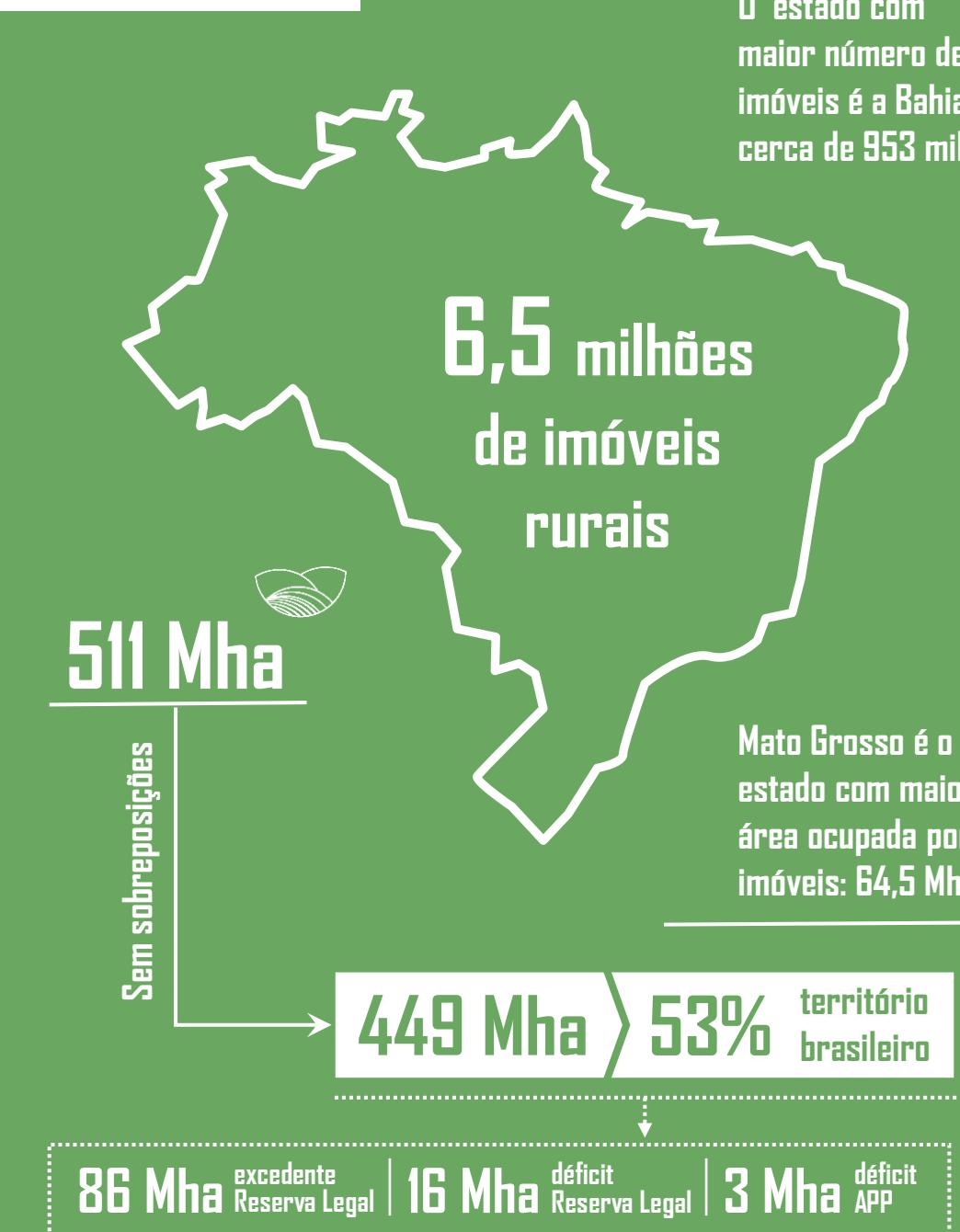
Para mais informações acesse [Radiografia do CAR](#) e [Rajão et al. 2020](#).

Fonte de dados: Prodes/INPE (2022), MapBiom - coleção 6.0 (2021), ANA (2018), SFB (2022), Imaflora (2022), INCRA (2013), CSR (2021), MMA (2018), ZEEs estaduais.



BRASIL

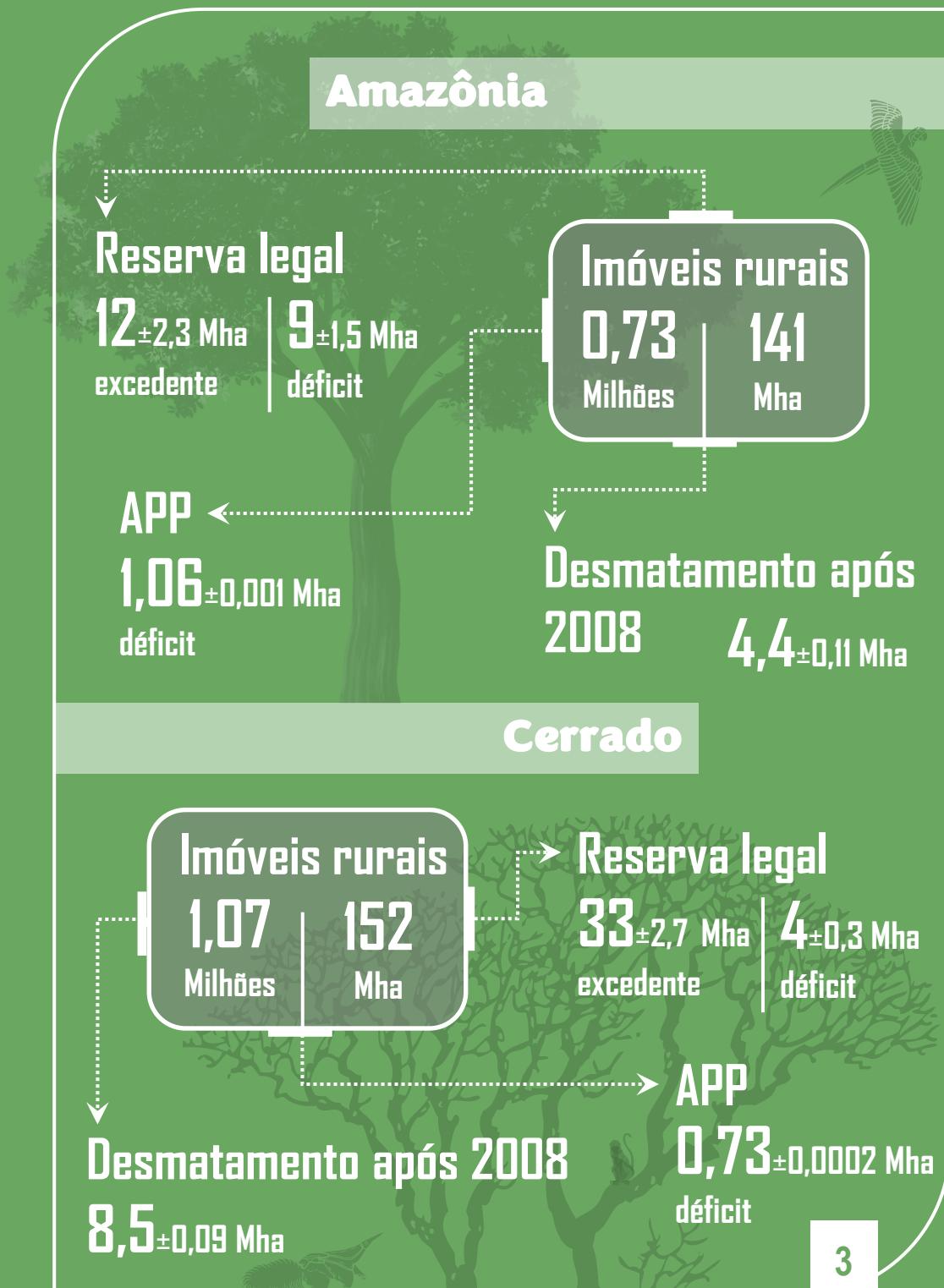
O estado com maior número de imóveis é a Bahia: cerca de 953 mil



*Base de dados de janeiro de 2022.

Biomias

A Amazônia e o Cerrado são os dois maiores biomas brasileiros e os que mais sofrem com a expansão da fronteira agrícola e o desmatamento. São áreas críticas para a conservação da sociobiodiversidade, mitigação das mudanças climáticas e regulação hídrica, logo para a produtividade do agronegócio, produção de energia hidrelétrica, abastecimento urbano de água e segurança alimentar.



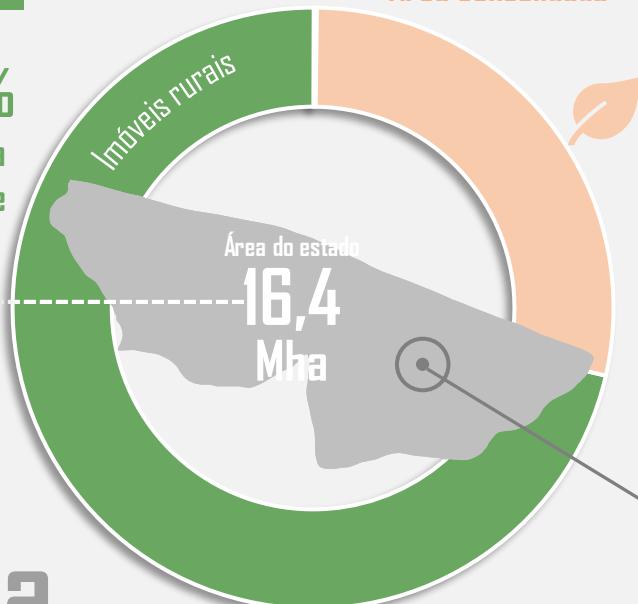
Acre

imóveis rurais

41.299
5,6 Mha

71%
Vegetação nativa remanescente

0,2%
Massas d'água
28%
Área consolidada



0,6%
31,8±0,02 mil ha
Déficit de APP



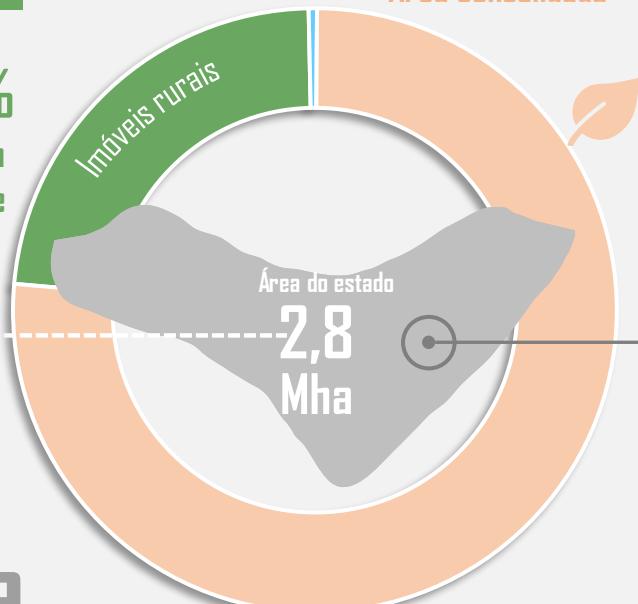
Alagoas

imóveis rurais

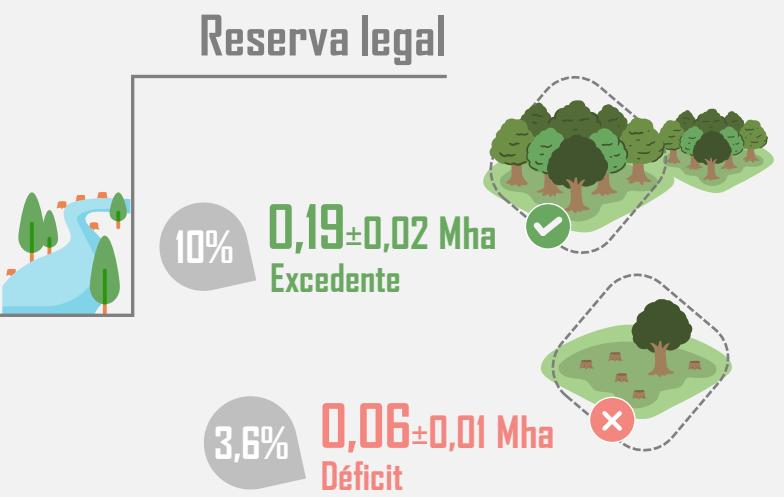
106.160
1,8 Mha

23%
Vegetação nativa remanescente

0,4%
Massas d'água
76%
Área consolidada



0,8%
14,7±0,005 mil ha
Déficit de APP



Amapá

imóveis rurais

8.493

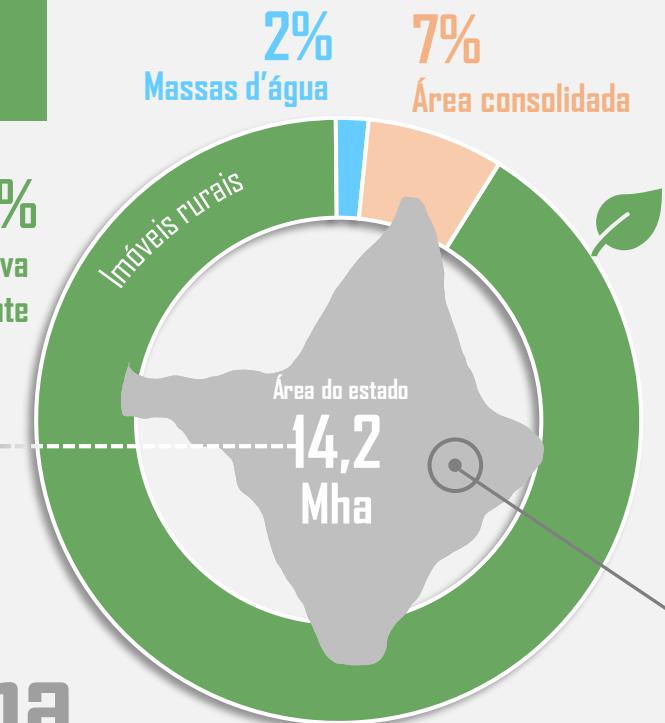
2.4 Mha

91%
Vegetação nativa remanescente

17%



2.4 Mha



4,6±0,002 mil ha
Déficit de APP

0,2%



Amazonas

imóveis rurais

63.299

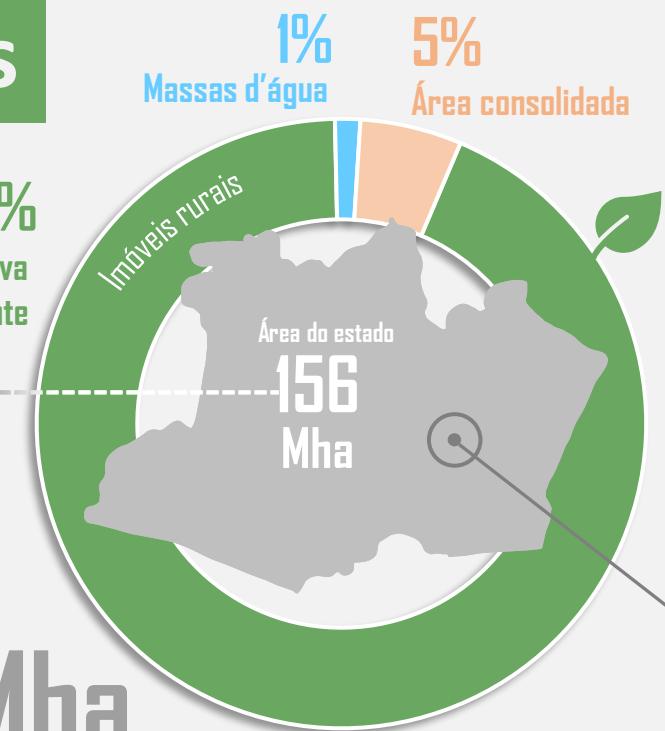
26.4 Mha

93%
Vegetação nativa remanescente

17%

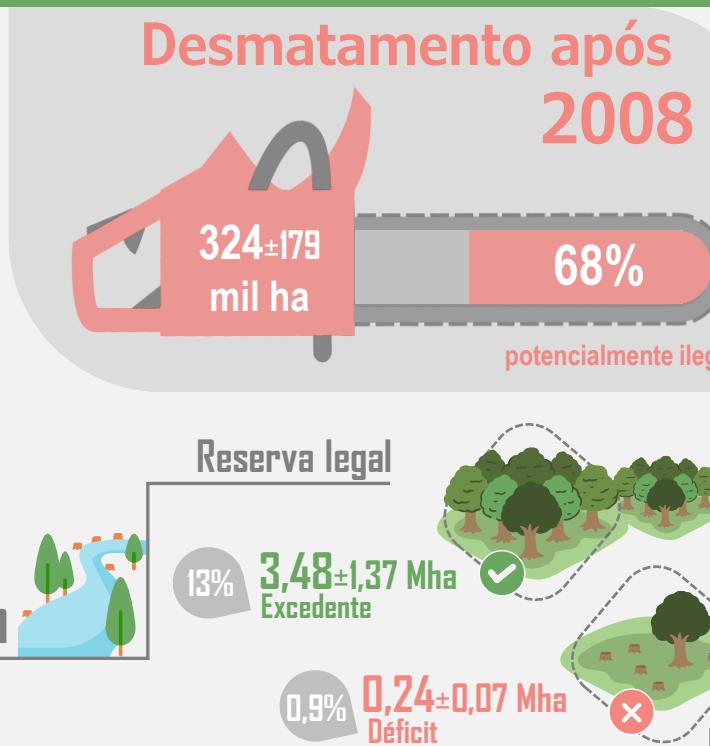


26.4 Mha



32,8±0,03 mil ha
Déficit de APP

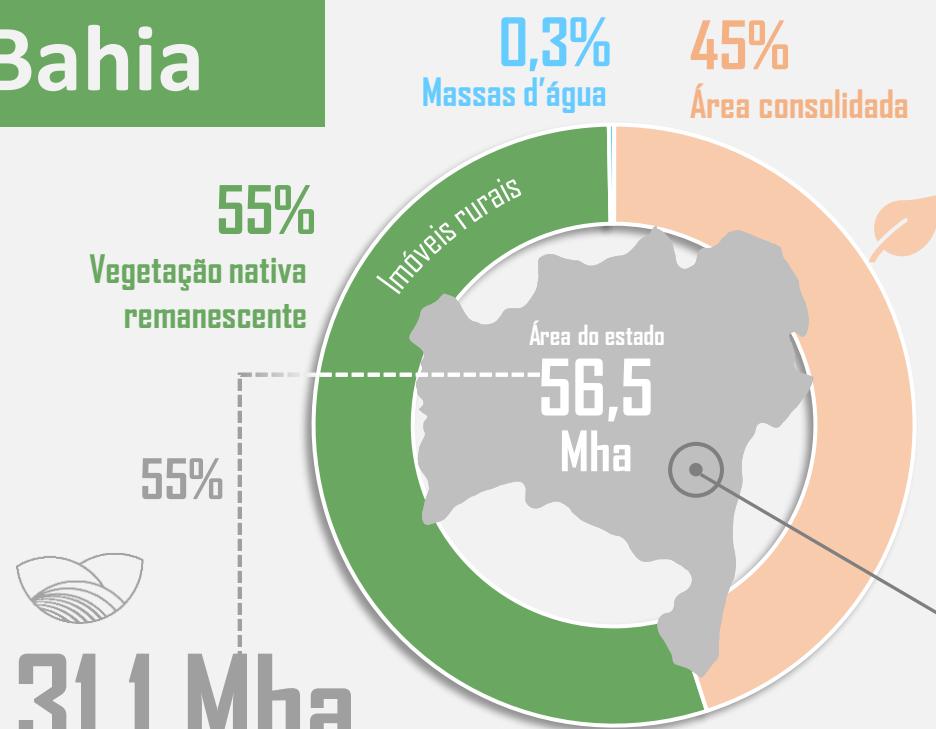
0,1%



Bahia

imóveis rurais

952.676
31.1 Mha



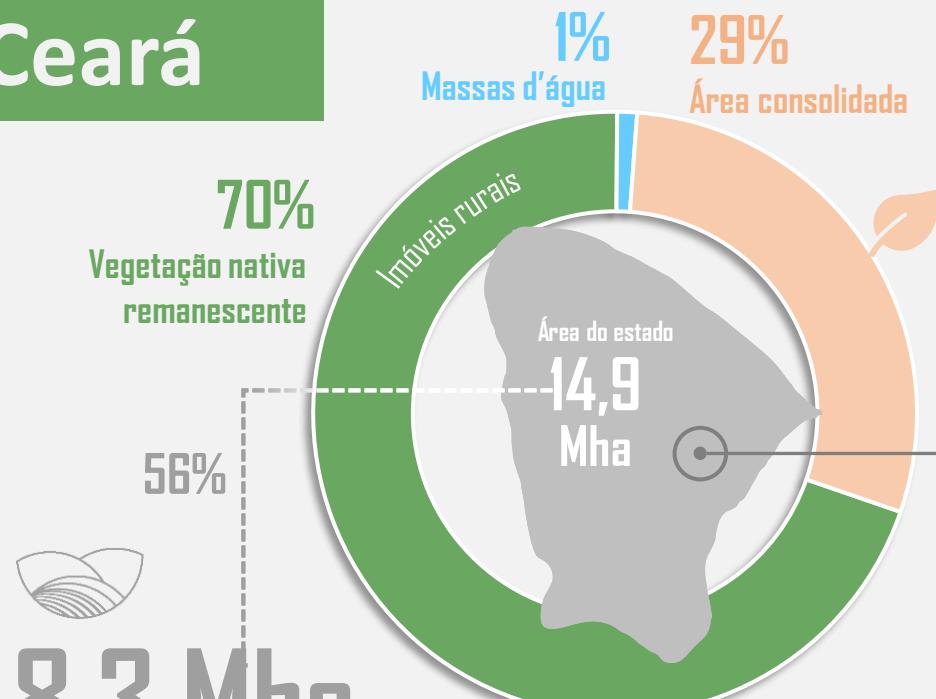
Déficit de APP: 157 \pm 0,01 mil ha (0,5%)



Ceará

imóveis rurais

288.037
8.3 Mha

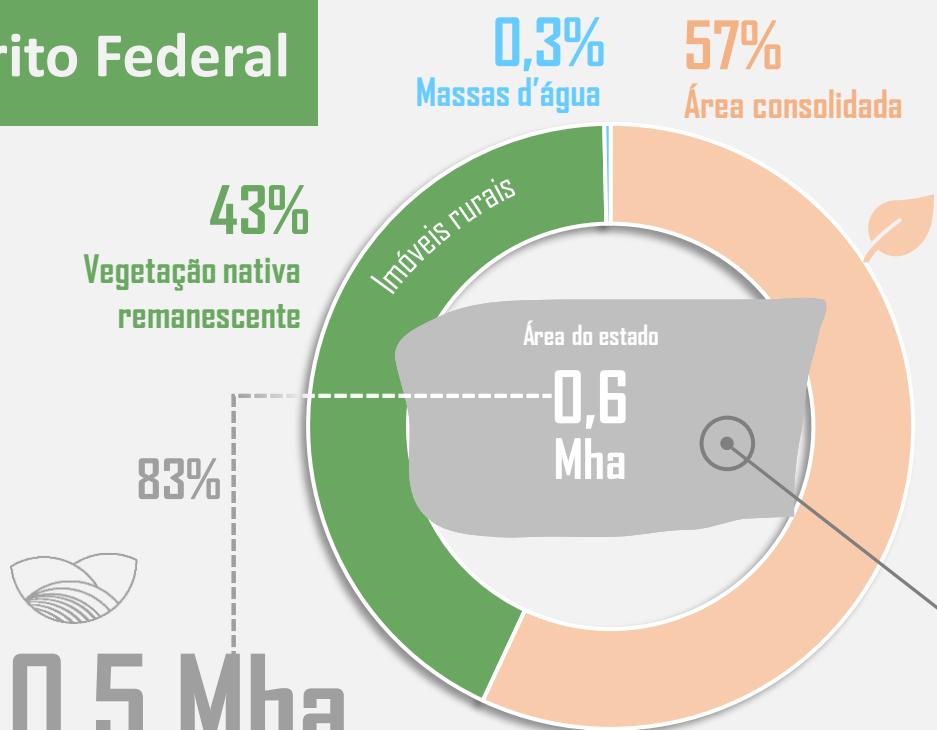


Déficit de APP: 42,9 \pm 0,01 mil ha (0,5%)



Distrito Federal

imóveis rurais
16.309
0,5 Mha

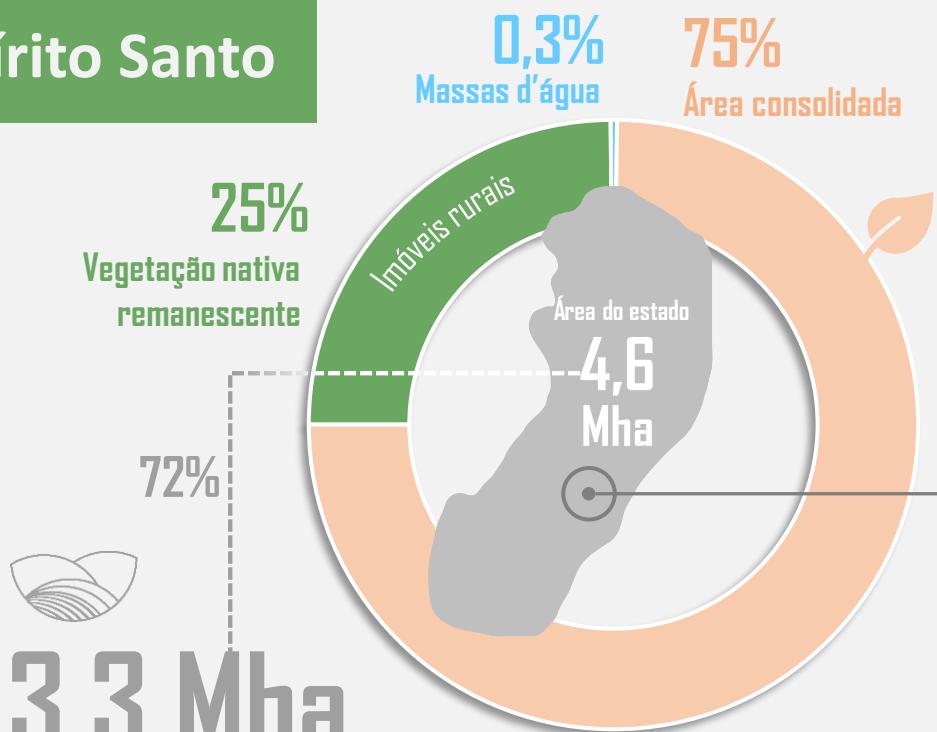


0,4%
2,1±0,002 mil ha
Déficit de APP



Espírito Santo

imóveis rurais
104.471
3,3 Mha

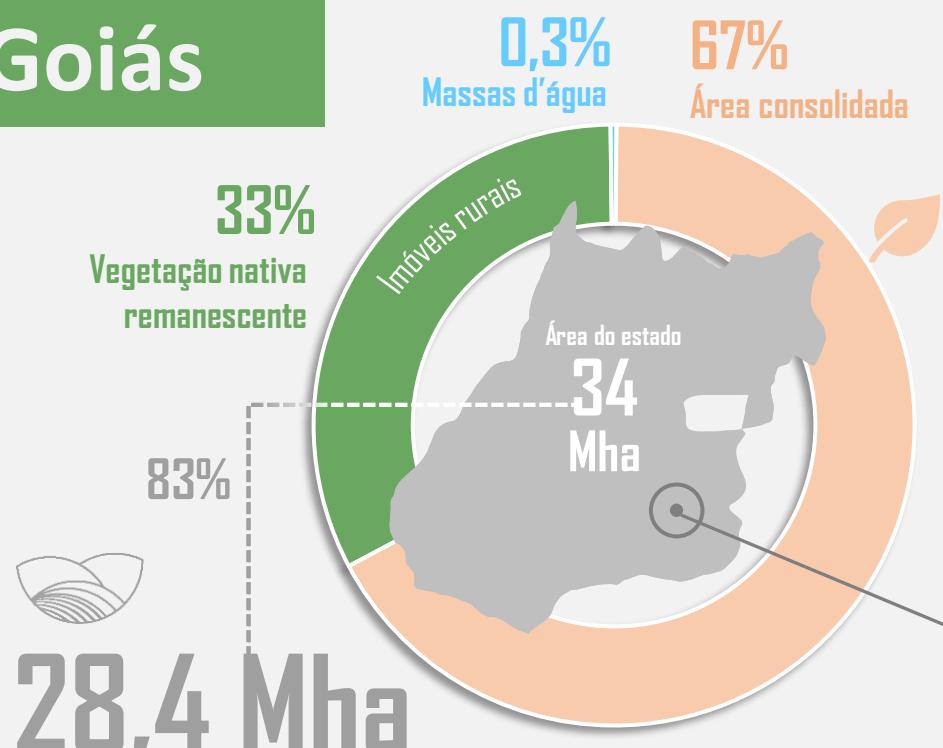


2,0%
67,3±0,01 mil ha
Déficit de APP

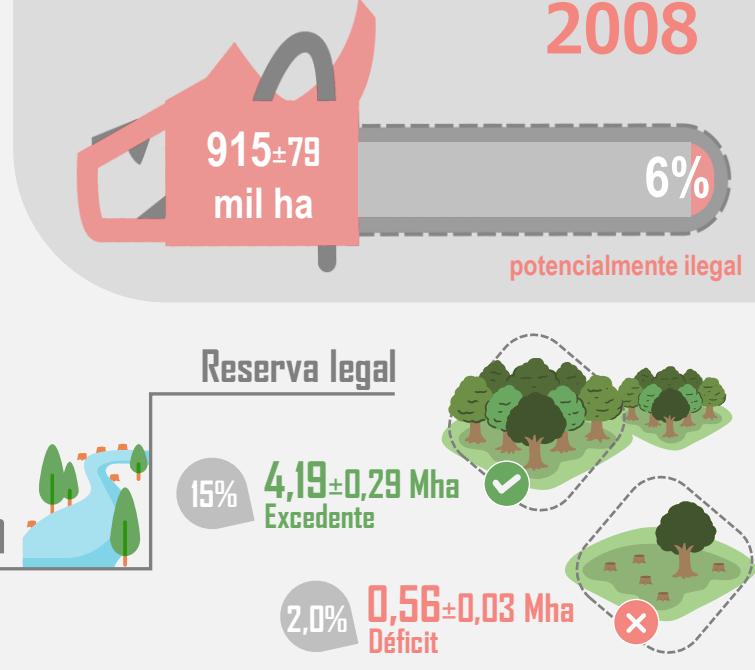


Goiás

imóveis rurais
188.867

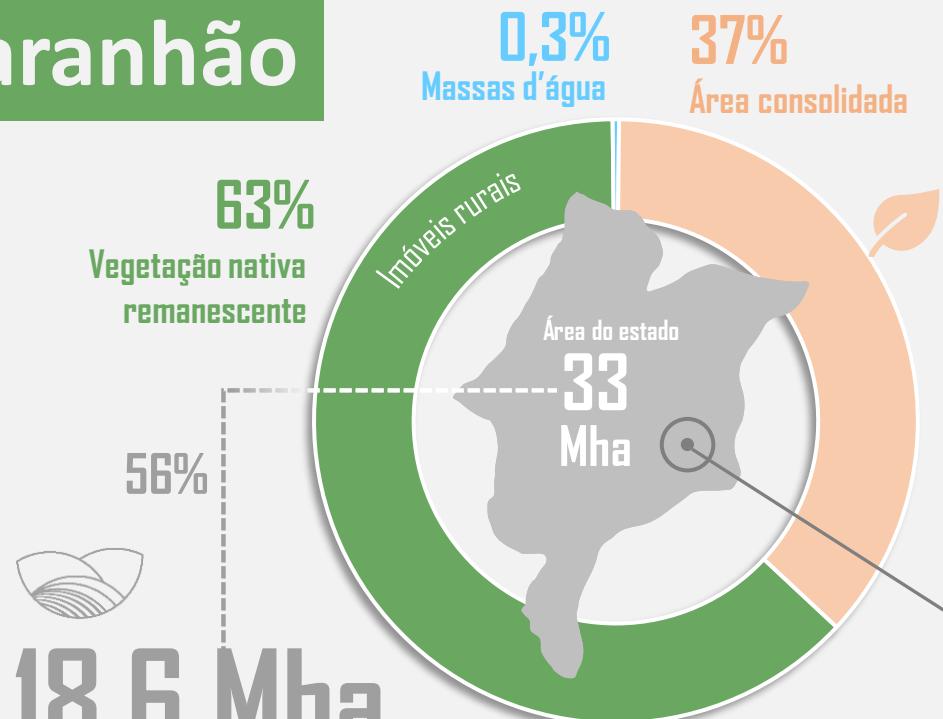


Desmatamento após 2008



Maranhão

imóveis rurais
244.473



Desmatamento após 2008



Mato Grosso

imóveis rurais

160.733

64.5 Mha

Vegetação nativa remanescente

1%
Massas d'água
44%
Área consolidada

Imóveis rurais

55%

Área do estado
90,3
Mha

71%



293±37,9 mil ha

Déficit de APP

0,5%

Desmatamento após 2008

1,9±0,4
Mha

41%

potencialmente ilegal

Reserva legal

7,18±1,19 Mha
Excedente

4,51±0,64 Mha
Déficit



Mato Grosso do Sul

imóveis rurais

75.794

32.8 Mha

Vegetação nativa remanescente

1%
Massas d'água
60%
Área consolidada

Imóveis rurais

39%

Área do estado
35,7
Mha

92%



163±0,02 mil ha

Déficit de APP

0,5%

Desmatamento após 2008

389±14
mil ha

7%

potencialmente ilegal

Reserva legal

6,82±0,20 Mha
Excedente

0,84±0,02 Mha
Déficit



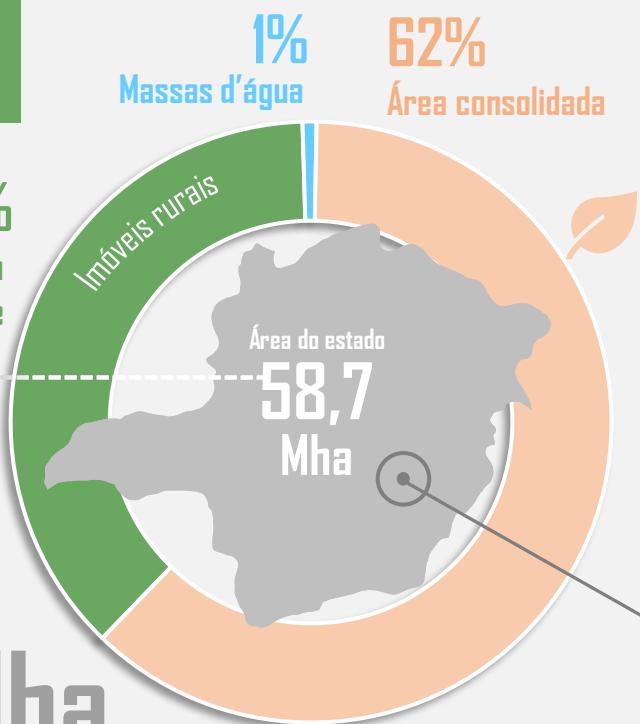
Minas Gerais

imóveis rurais

930.995

78%
Vegetação nativa remanescente

45.9 Mha



448±0,13 mil ha

Déficit de APP



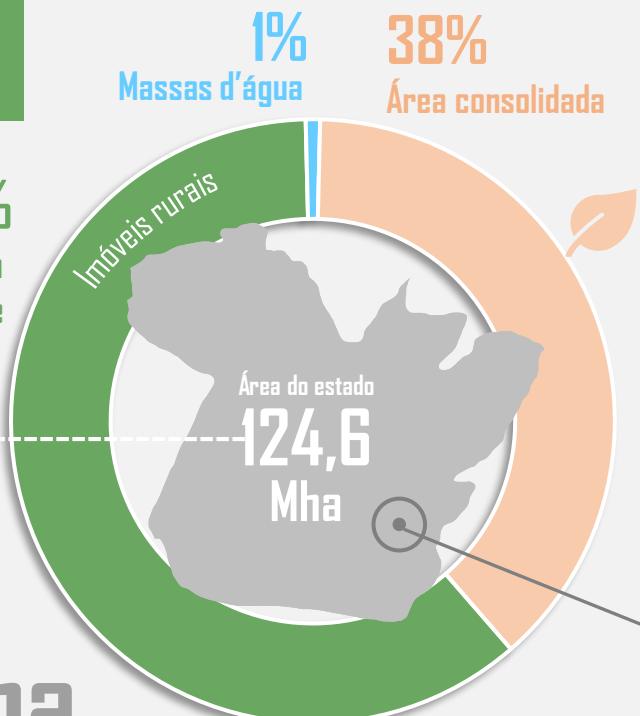
Pará

imóveis rurais

260.110

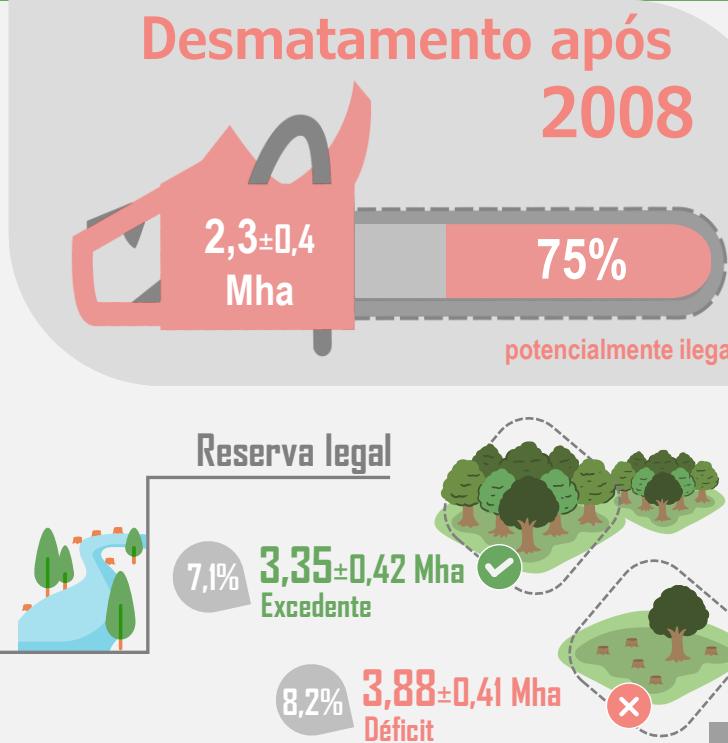
61%
Vegetação nativa remanescente

47.1 Mha



504±0,20 mil ha

Déficit de APP



Paraíba

imóveis rurais

161.081
3.5 Mha

Vegetação nativa remanescente

55%



Massas d'água 1%
Área consolidada 44%

Imóveis rurais

Área do estado
5,6 Mha

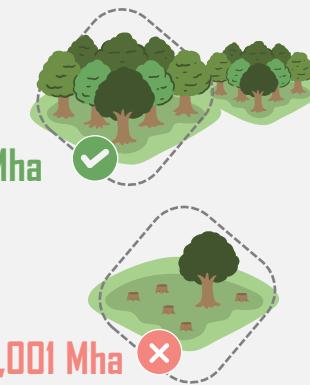
63%

0,7%

25,6±0,005 mil ha

Déficit de APP

Reserva legal



Paraná

imóveis rurais

481.692
16.4 Mha

Vegetação nativa remanescente

27%



Massas d'água 1%
Área consolidada 72%

Imóveis rurais

Área do estado
19,9 Mha

82%

1,0%

168±0,04 mil ha

Déficit de APP

Desmatamento após 2008



Reserva legal



Pernambuco

imóveis rurais
315.361
5.6 Mha

Massas d'água 1%
Área consolidada 48%

Vegetação nativa remanescente 51%

Imóveis rurais

Área do estado

9,8
Mha

0,7%

41,0±0,01 mil ha

Déficit de APP

Reserva legal

32%

1,82±0,13 Mha
Excedente

1,2%

0,07±0,004 Mha
Déficit



5.6 Mha

Piauí

imóveis rurais
238.884
14.7 Mha

Massas d'água 0,1%
Área consolidada 20%

Vegetação nativa remanescente 80%

Imóveis rurais

Área do estado

25,2
Mha

0,2%

28,3±0,01 mil ha

Déficit de APP

Desmatamento após 2008

843±163
mil ha

2%

potencialmente ilegal

Reserva legal

54%

7,97±1,22 Mha
Excedente

0,2%

0,02±0,003 Mha
Déficit

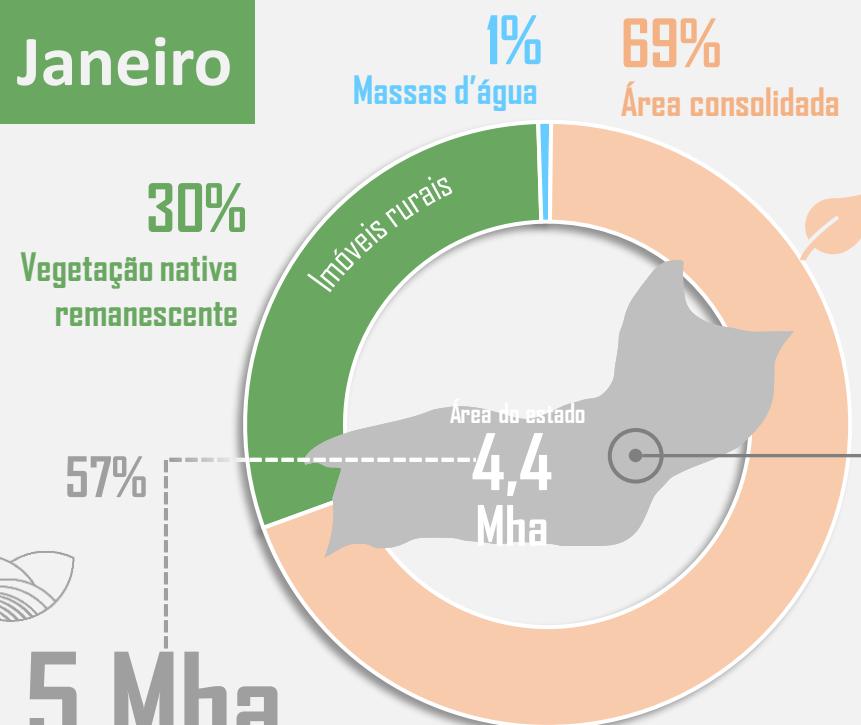


14.7 Mha

Rio de Janeiro

imóveis rurais

56.627
2.5 Mha



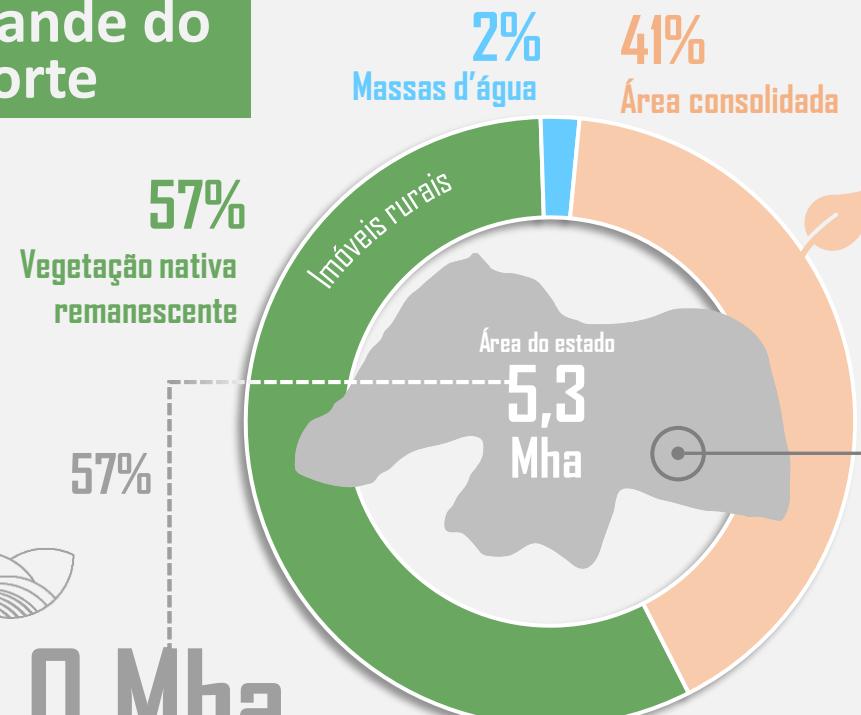
Reserva legal



Rio Grande do Norte

imóveis rurais

83.123
3.0 Mha



Reserva legal



Rio Grande do Sul

imóveis rurais

593.873

21.9 Mha

Vegetação nativa remanescente

54%

Massas d'água
Área consolidada

81%

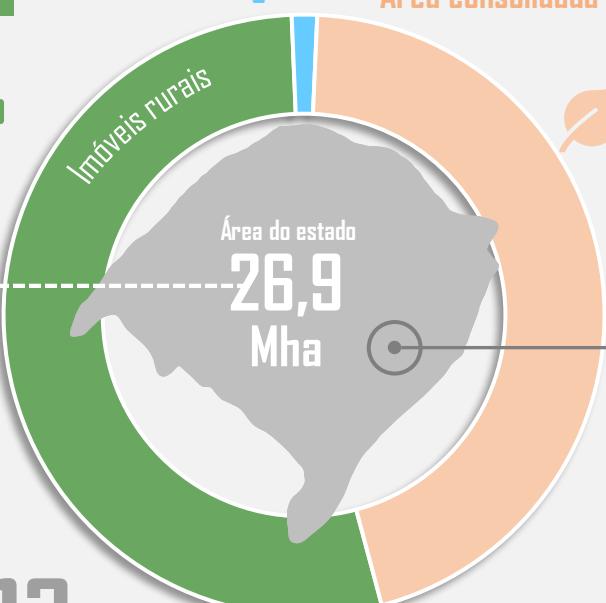


0,4%
Massas d'água
Área consolidada

Imóveis rurais

Área do estado
26,9 Mha

59%
Área consolidada



0,6%
138±0,02 mil ha
Déficit de APP



Rondônia

imóveis rurais

139.650

11.8 Mha

Vegetação nativa remanescente

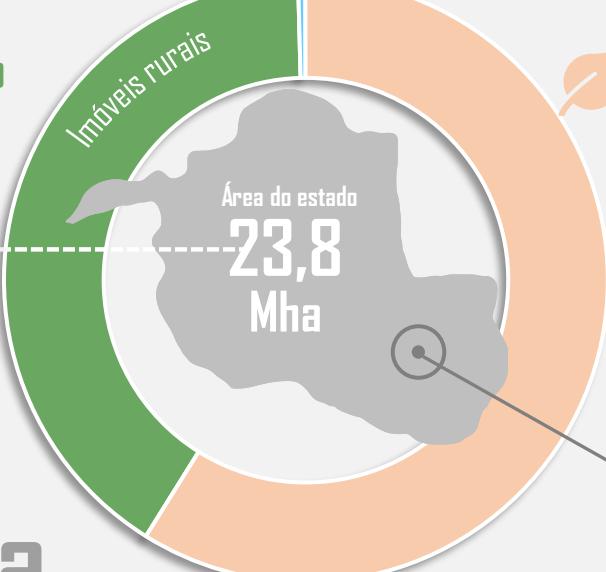
41%

0,4%
Massas d'água
Área consolidada

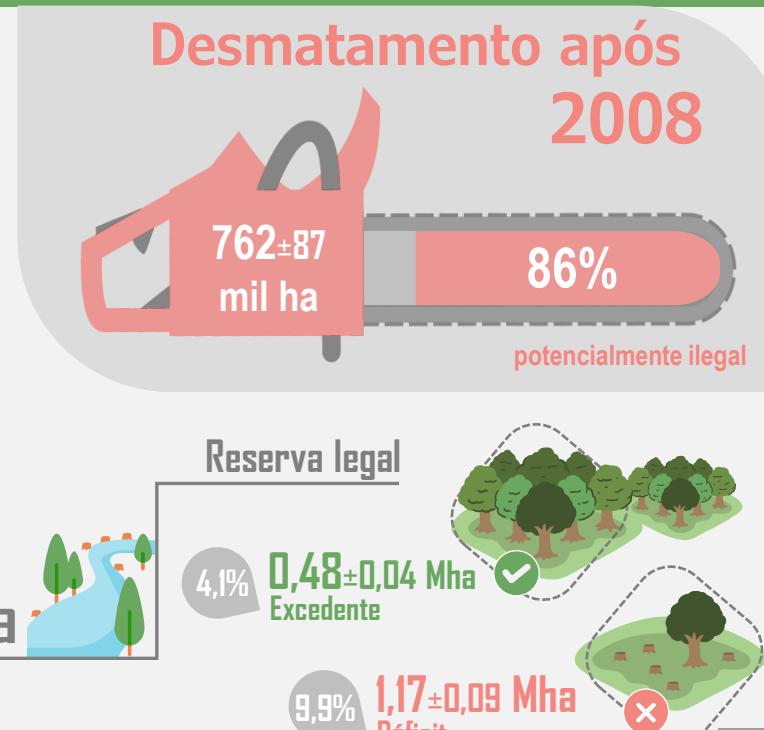
Imóveis rurais

Área do estado
23,8 Mha

59%
Área consolidada



0,7%
87,5±0,03 mil ha
Déficit de APP



Roraima

imóveis rurais

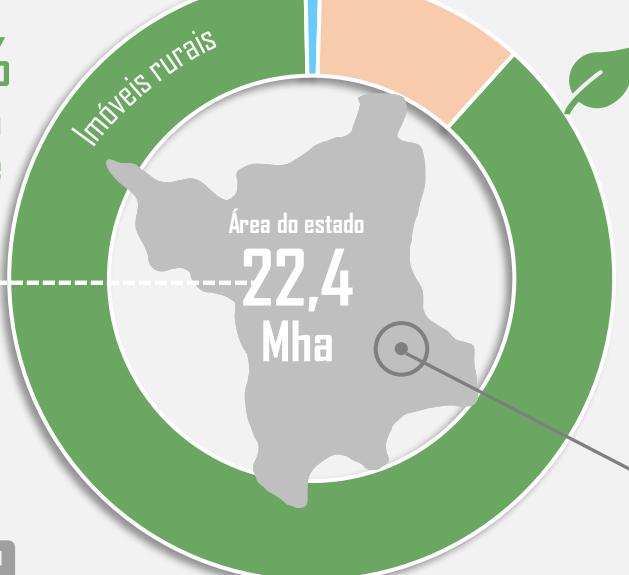
20.573
5.1 Mha

88%
Vegetação nativa remanescente



23%

1%
Massas d'água
11%
Área consolidada



17,3±0,01 mil ha

Déficit de APP

0,3%

0,8%

Desmatamento após 2008



105±29
mil ha

49%

potencialmente ilegal

Reserva legal

20%
1,03±0,22 Mha
Excedente

1,2%
0,06±0,01 Mha
Déficit



Santa Catarina

imóveis rurais

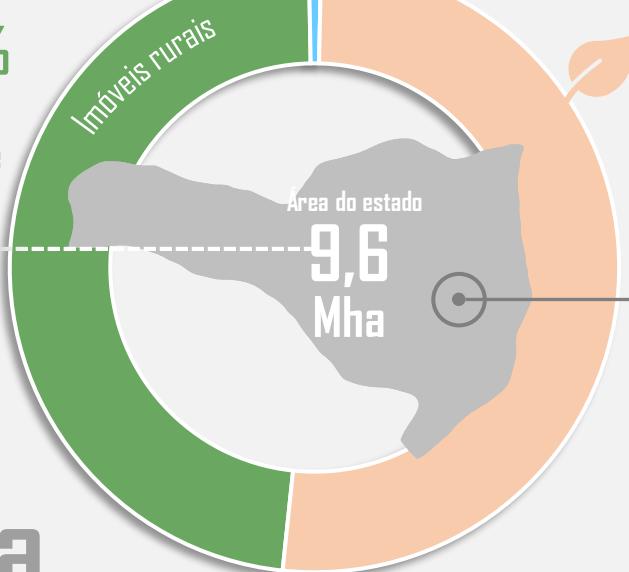
363.956
74 Mha

48%
Vegetação nativa remanescente



77%

1%
Massas d'água
51%
Área consolidada



55,3±0,01 mil ha

Déficit de APP

Reserva legal

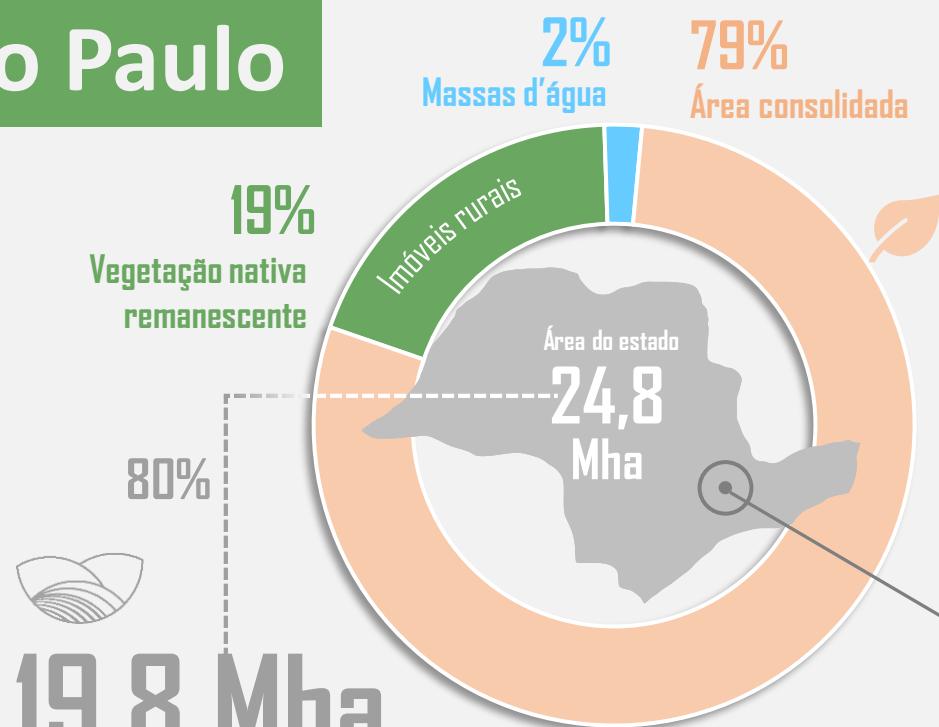
28%
2,04±0,14 Mha
Excedente

0,4%
0,03±0,002 Mha
Déficit



São Paulo

imóveis rurais
394.766
19.8 Mha



Déficit de APP
 $223 \pm 0,07$ mil ha



Reserva legal

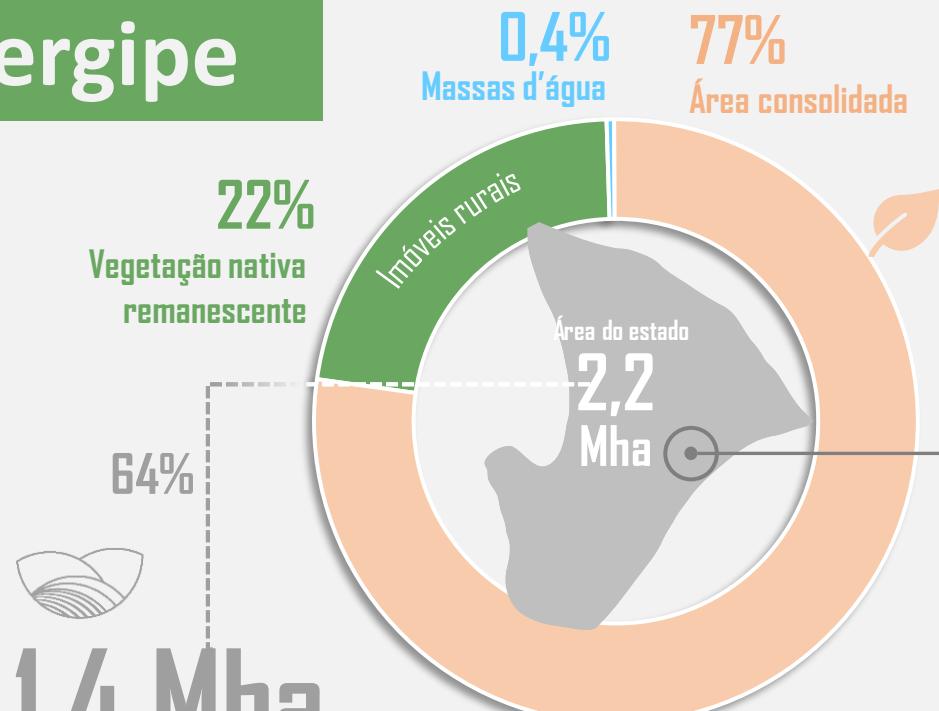
8,3% 1,64 ± 0,14 Mha
Excedente

5,1% 1,01 ± 0,08 Mha
Déficit



Sergipe

imóveis rurais
87.246
1.4 Mha

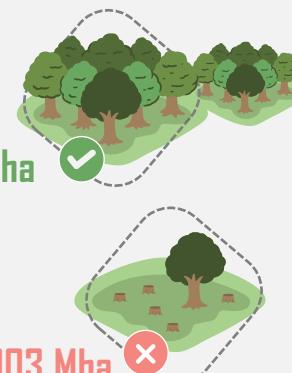


Déficit de APP
 $12,1 \pm 0,004$ mil ha

Reserva legal

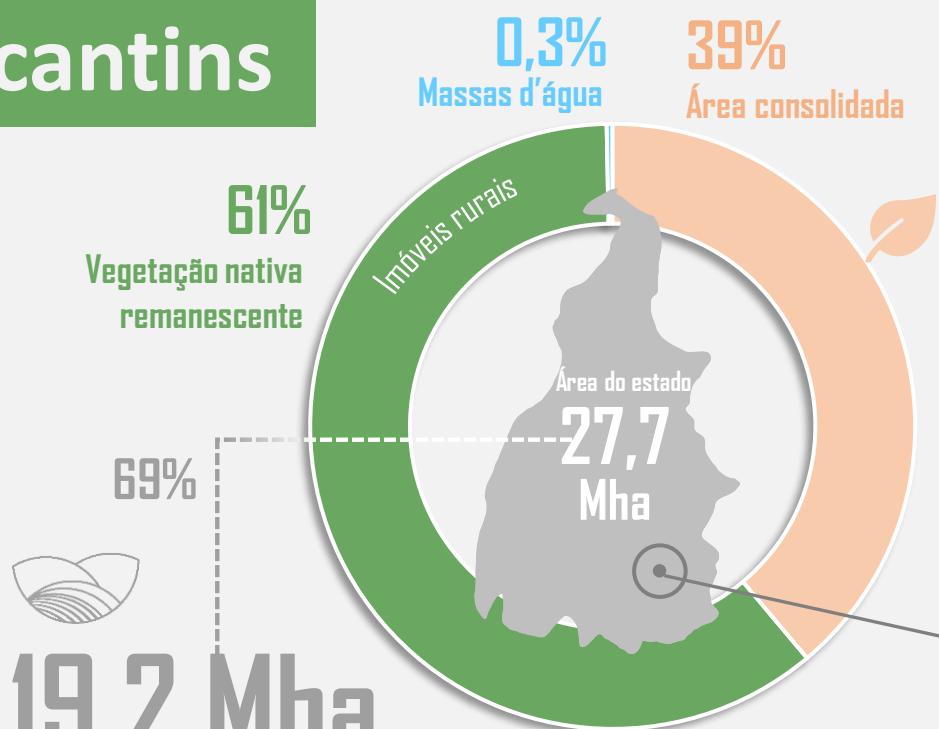
10% 0,14 ± 0,02 Mha
Excedente

2,2% 0,03 ± 0,003 Mha
Déficit

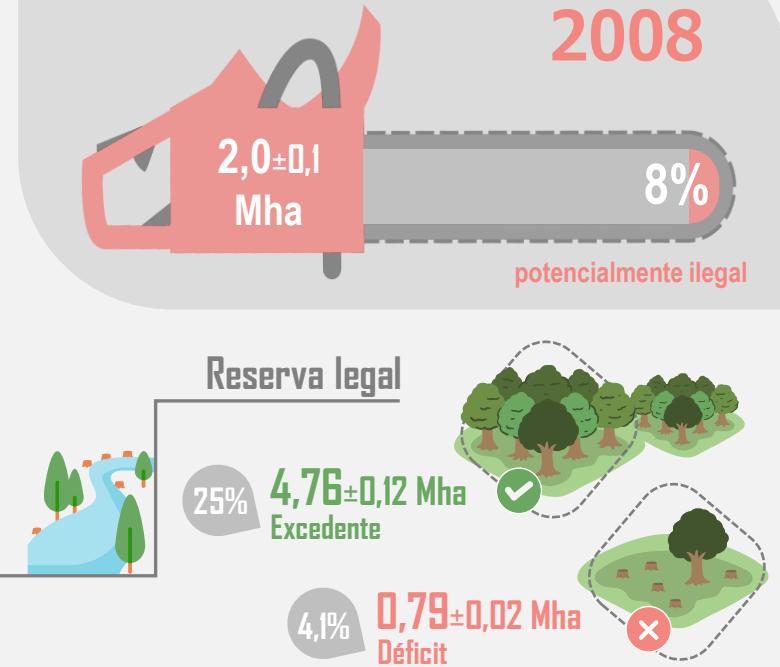


Tocantins

imóveis rurais
81.952



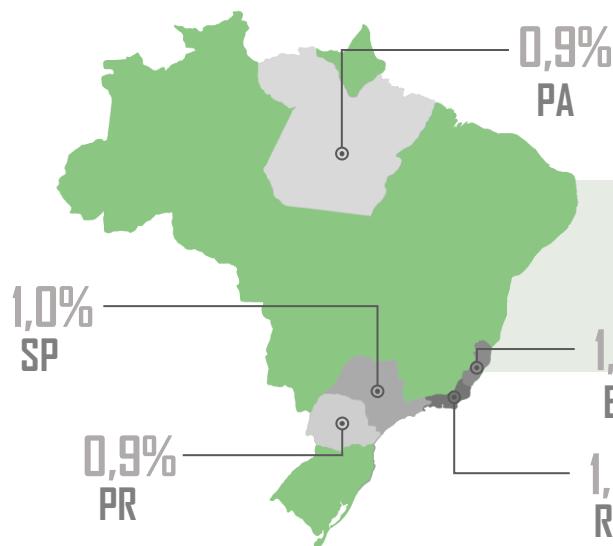
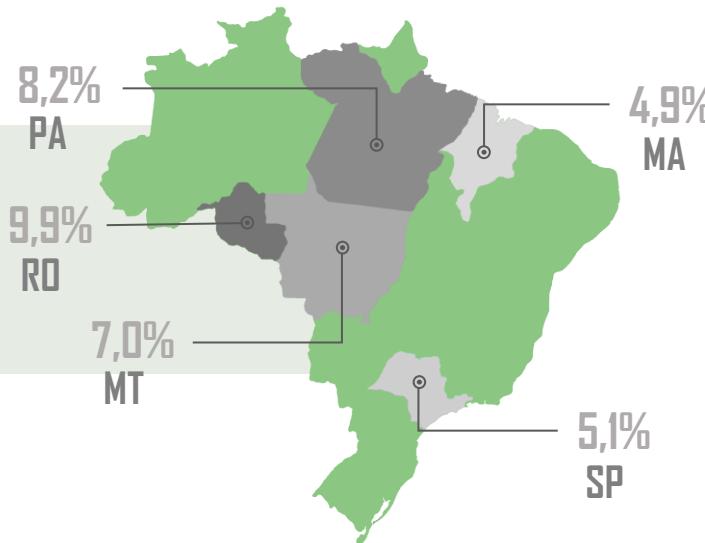
Desmatamento após 2008





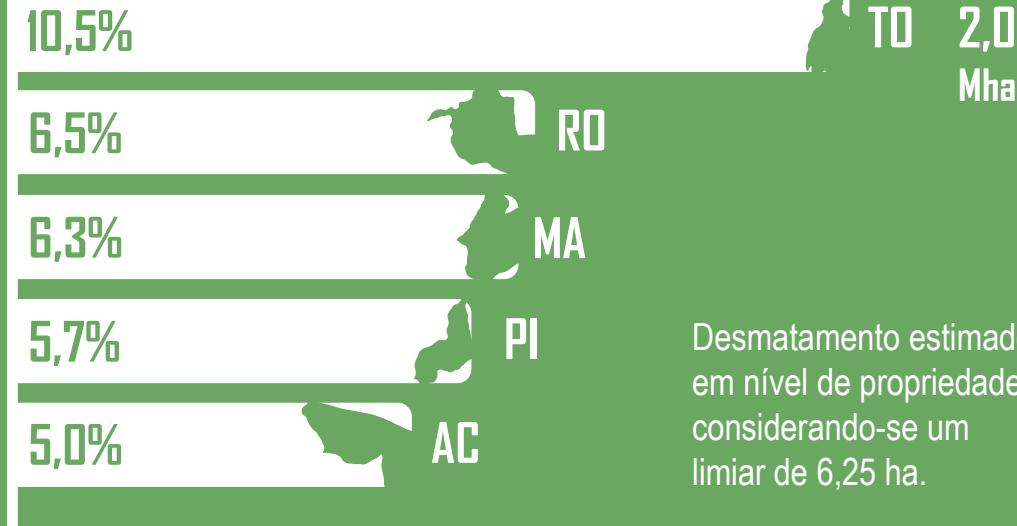
Ranking top 5

Déficit de reserva legal*



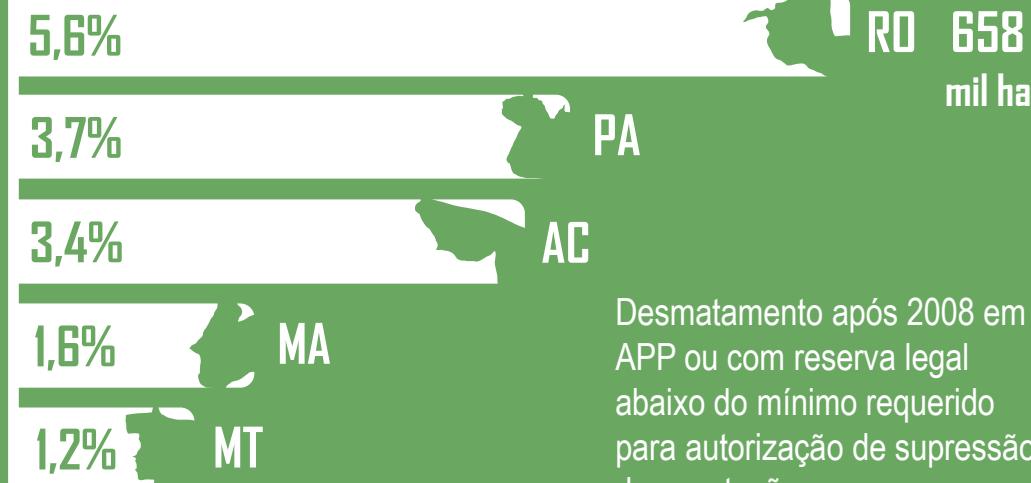
Déficit de APP*

Desmatamento após 2008*



Desmatamento estimado em nível de propriedade, considerando-se um limiar de 6,25 ha.

Desmatamento potencialmente ilegal após 2008*



Desmatamento após 2008 em APP ou com reserva legal abaixo do mínimo requerido para autorização de supressão da vegetação.

*Em relação a área total dos imóveis rurais.

Balanço do Código Florestal

Boletim informativo | Volume 1
Agosto de 2022

Realização:



CSR

CENTRO DE SENSORIAMENTO REMOTO



LAGESA

laboratório de gestão
de serviços ambientais

U F M G

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS

Apoio:



Centro de Inteligência Territorial



OBSERVATÓRIO
DO CÓDIGO
FLORESTAL



Norway's International Climate and Forest Initiative



ISA
Instituto Socioambiental



**INSTITUTO
CENTRO DE VIDA**



IPAM
Amazônia



BVRIO
promovendo a economia verde